

CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO PÚBLICA: GESTOR PÚBLICO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Administração, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas, Edição 123 JUN/23 SUMÁRIO / 10/06/2023

ENVIRONMENTAL AWARENESS IN PUBLIC MANAGEMENT: PUBLIC MANAGERS AND ENVIRONMENTAL EDUCATION

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.8022937

Marionildo Almeida Landinho¹

Chimene Kuhn Nobre²

RESUMO

O presente artigo aborda a conscientização ambiental na gestão pública como uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais sustentável. A partir de 2016, observou-se um aumento significativo do debate e das iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente. Estudos recentes destacam a importância da implementação de políticas e práticas que visam à proteção e ao uso sustentável dos recursos naturais, além da promoção da educação ambiental e da participação da sociedade civil. O papel do gestor público é fundamental nesse contexto, sendo responsável por estabelecer políticas, normas e regulamentos que promovam a proteção ambiental, bem como pela promoção da conscientização ambiental por meio da educação e do envolvimento da população. O cumprimento de acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e a adoção de planos de

desenvolvimento sustentável também são destacados como elementos essenciais para a efetividade da gestão ambiental. O artigo conclui ressaltando a importância do engajamento do gestor público e da sociedade civil na busca por um futuro sustentável, equilibrando o desenvolvimento socioeconômico com a preservação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Gestor Público. Conscientização.

1. INTRODUÇÃO

A conscientização ambiental tem se tornado cada vez mais relevante no contexto da gestão pública, em virtude dos desafios enfrentados atualmente em relação à preservação e sustentabilidade do meio ambiente. A complexidade e a magnitude dos problemas ambientais demandam ações integradas e efetivas por parte dos gestores públicos, com o intuito de promover uma educação ambiental abrangente e engajada.

O papel do gestor público na conscientização ambiental e na promoção da educação ambiental é de suma importância para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. O gestor público, seja em nível municipal, estadual ou federal, tem o poder e a responsabilidade de tomar decisões que impactam diretamente o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

Ele desempenha um papel fundamental ao estabelecer políticas, regulamentos e diretrizes que promovam a proteção e a preservação do meio ambiente. Isso envolve a criação e implementação de planos e programas de gestão ambiental, a definição de normas de controle e fiscalização ambiental, e a adoção de medidas para o uso sustentável dos recursos naturais. O gestor público também tem o poder de influenciar a formulação de leis e políticas ambientais em níveis superiores, participando de fóruns e instâncias de tomada de decisão. (COSTA, 2022)

Além disso, o gestor público é essencial na promoção da educação ambiental. A educação ambiental é um processo contínuo que visa conscientizar e capacitar os indivíduos para compreenderem as relações entre o ser humano e o meio

ambiente, e agirem de forma responsável e sustentável. O gestor público pode promover a educação ambiental por meio da implementação de programas educacionais em escolas, universidades e outras instituições de ensino, bem como por meio de campanhas de conscientização e mobilização social.

Ao promover a educação ambiental, o gestor público contribui para a formação de uma sociedade mais consciente e engajada em questões ambientais. Isso pode levar a uma maior participação da comunidade na busca por soluções sustentáveis, estimulando ações individuais e coletivas que visam à proteção e conservação do meio ambiente. Além disso, a educação ambiental contribui para a formação de uma nova geração de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com os desafios ambientais futuros. (SOARES, CASTRO & KITZMANN, 2020)

O gestor público também pode promover parcerias com instituições educacionais, organizações não governamentais e outros atores da sociedade civil para fortalecer as ações de educação ambiental. Essas parcerias permitem a troca de conhecimentos, recursos e experiências, ampliando o alcance e o impacto das iniciativas de conscientização ambiental.

A crise ambiental enfrentada atualmente é resultado direto das ações humanas e das políticas públicas que negligenciaram a proteção e conservação dos recursos naturais ao longo do tempo. A poluição atmosférica, o desmatamento, a escassez de água potável e a degradação dos ecossistemas são apenas alguns dos desafios que exigem uma abordagem mais consciente e sustentável por parte dos gestores públicos. É necessário um olhar crítico sobre as práticas adotadas até então, a fim de implementar estratégias que visem a mitigação e a reversão desses impactos negativos.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo central analisar a importância da conscientização ambiental na gestão pública, destacando o papel do gestor público como agente de transformação. Pretende-se, assim, investigar as ações e iniciativas necessárias para a efetivação de uma educação ambiental eficaz,

capaz de sensibilizar não apenas a sociedade, mas também os próprios gestores públicos, sobre a urgência da adoção de práticas sustentáveis.

A problemática central desta pesquisa é a falta de conscientização ambiental na gestão pública. Apesar da crescente preocupação com as questões ambientais, ainda é comum encontrar gestores públicos que não possuem conhecimento adequado sobre os impactos das ações governamentais no meio ambiente e que não adotam práticas sustentáveis em suas decisões.

Essa falta de conscientização resulta em políticas públicas inadequadas, que não consideram os princípios da sustentabilidade, e em ações que podem causar danos significativos ao meio ambiente, como desmatamento descontrolado, contaminação de recursos hídricos e emissões excessivas de poluentes.

Além disso, a falta de conscientização ambiental também pode levar a uma baixa priorização das questões ambientais na agenda política e na alocação de recursos públicos. Sem o devido entendimento da importância da proteção ambiental, os gestores podem direcionar recursos escassos para áreas que não promovem a sustentabilidade, comprometendo a qualidade de vida presente e futura da população.

Diante dessa problemática, é necessário investigar e compreender os obstáculos que impedem a conscientização ambiental na gestão pública. Identificar as lacunas de conhecimento, os desafios institucionais e as barreiras culturais é fundamental para propor estratégias eficazes de educação ambiental e promover uma mudança de paradigma na gestão pública, com foco na sustentabilidade e na preservação do meio ambiente.

A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na necessidade de ampliar o debate acerca da conscientização ambiental na gestão pública, considerando que as políticas e ações implementadas pelos gestores têm um impacto direto na qualidade de vida da população e na preservação do meio ambiente. Além disso, a falta de conhecimento e engajamento dos gestores públicos em relação às questões ambientais pode resultar em decisões inadequadas e na perpetuação de práticas insustentáveis.

Ao estabelecer políticas e regulamentações, e ao promover a educação ambiental, o gestor público contribui para a construção de uma sociedade mais sustentável, consciente de seu papel na preservação do meio ambiente e comprometida com a busca por soluções sustentáveis para os desafios ambientais atuais e futuros.

Portanto, compreender a importância da conscientização ambiental na gestão pública e evidenciar o papel do gestor público como agente transformador são fundamentais para a implementação de políticas e práticas mais sustentáveis. Por meio desse estudo, espera-se contribuir para o fortalecimento da consciência ambiental e para a promoção de uma gestão pública comprometida com a preservação do meio ambiente e o bem-estar da sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

O relacionamento do ser humano com o meio ambiente remonta aos primórdios da existência humana, quando a sobrevivência dependia diretamente dos recursos naturais disponíveis. Essa relação era baseada na compreensão dos ciclos da natureza e na utilização sustentável dos recursos para suprir as necessidades básicas. Barbosa & de Oliveira (2020) destaca que, nesse contexto, a transmissão dos conhecimentos e cuidados com o meio ambiente ocorria de forma implícita, de geração em geração, configurando o que atualmente denominamos de Educação Ambiental.

No entanto, foi somente a partir do surgimento da Revolução Industrial no século XIX que a humanidade começou a perceber o impacto de suas ações no meio ambiente. Eventos catastróficos, como poluição do ar, envenenamento por mercúrio, perda de vida aquática e desastres naturais, serviram como alertas para a necessidade de repensar a relação com a natureza.

Da Silva Egger (2021) enfatiza que as ações humanas têm contribuído para transformar o planeta em um imenso deserto, caracterizando o que ele chama de “ecocídio”. Desde o início da Revolução Industrial, houve uma exploração desenfreada dos recursos naturais e um aumento alarmante da poluição global.

Esses eventos marcaram o início de uma consciência ambiental mais aguda em vários países.

Diante desse contexto, é fundamental que a sociedade adote atitudes que promovam o desenvolvimento sustentável do ambiente em que vivemos, estabelecendo deveres e ações efetivas para combater a destruição da vegetação natural e dos recursos naturais. O combate ao desmatamento é uma prioridade, mas também é responsabilidade de todos gerar renda por meio de treinamento em técnicas de recuperação de terras, produção de mudas, reflorestamento e manejo florestal em propriedades rurais próximas a áreas florestadas (TEJERINA, 2021).

Além disso, é imperativo avançar na cultura do reflorestamento e combater diretamente as emissões de gases de efeito estufa, interrompendo a destruição de áreas verdes. O reflorestamento desempenha um papel crucial na remoção do dióxido de carbono da atmosfera, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a preservação dos ecossistemas. (Idem ibidem)

Nesse sentido, a conscientização ambiental na gestão pública desempenha um papel fundamental. Os gestores públicos devem adquirir conhecimento adequado sobre os impactos das ações governamentais no meio ambiente e adotar práticas sustentáveis em suas decisões. Isso inclui a implementação de políticas públicas que considerem os princípios da sustentabilidade, a alocação de recursos para a preservação ambiental e o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil e instituições educacionais para promover a educação ambiental e a mudança de comportamento da população. (DOS SANTOS & VICENTE, 2022)

A conscientização ambiental na gestão pública é uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais sustentável. Por meio do desenvolvimento de estratégias e iniciativas voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente, os gestores públicos podem desempenhar um papel de mediadores na busca por resultados positivos. Essas ações incluem a promoção de projetos de educação ambiental, o estabelecimento de normas e regulamentos para

proteção ambiental, a implementação de práticas sustentáveis em serviços públicos e a conscientização da importância da conservação ambiental para a população em geral. (SOARES, CASTRO & KNITZMANN, 2020)

A conscientização ambiental na gestão pública vai além da mera adoção de medidas isoladas. Envolve uma abordagem abrangente que busca integrar a sustentabilidade em todas as esferas de atuação do poder público, desde o planejamento urbano até a formulação de políticas setoriais. Nesse sentido, é fundamental considerar a dimensão qualitativa da gestão ambiental, ou seja, não apenas focar nos aspectos técnicos e normativos, mas também na sensibilização da sociedade e na mudança de comportamento.

Uma estratégia efetiva de conscientização ambiental na gestão pública requer a participação ativa da sociedade civil, das empresas, das organizações não governamentais e de outros atores relevantes. O engajamento de diferentes setores da sociedade fortalece o processo de tomada de decisões, possibilitando a construção de soluções mais sustentáveis e ampliando o alcance das ações em prol do meio ambiente. (CORREIA, 2022)

Nesse sentido, a educação ambiental desempenha um papel crucial. O gestor público deve promover a conscientização e o conhecimento sobre questões ambientais por meio de programas educacionais, campanhas de sensibilização e projetos de educação formal e não formal. Isso envolve desde a disseminação de informações sobre a importância da preservação ambiental até a capacitação de profissionais e cidadãos para a adoção de práticas sustentáveis em seu cotidiano.

Além disso, é importante destacar a necessidade de políticas públicas voltadas para a promoção da economia verde e da inovação tecnológica. A transição para uma economia mais sustentável exige a implementação de políticas que fomentem a utilização de energias renováveis, a redução do consumo de recursos naturais e a valorização da economia circular. O gestor público pode desempenhar um papel fundamental ao criar incentivos, estabelecer parcerias e promover ações que impulsionem o desenvolvimento de setores econômicos sustentáveis e de baixo impacto ambiental. (PARRA, 2021)

No entanto, é importante ressaltar que a conscientização ambiental na gestão pública não se resume apenas à implementação de políticas e práticas sustentáveis. Também requer a adoção de uma postura ética e responsável, levando em consideração as gerações futuras e a equidade social. O gestor público deve ser um agente de mudança, atuando de forma transparente, ética e comprometida com o bem-estar da sociedade e a preservação do meio ambiente.

Portanto, a conscientização ambiental na gestão pública é um tema de extrema relevância e necessidade de estudo. Compreender os desafios e oportunidades dessa abordagem permitirá a formulação de estratégias eficazes para a promoção da educação ambiental e o estabelecimento de práticas sustentáveis na administração pública. Requer ações integradas, participação da sociedade, educação ambiental, promoção da economia verde e uma postura ética e responsável por parte dos gestores públicos. Somente assim será possível alcançar uma gestão ambiental mais efetiva e contribuir para a construção de um futuro sustentável. Dessa forma, contribuindo para a proteção do meio ambiente e o bem-estar das gerações presentes e futuras.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização deste artigo foi a revisão integrativa com abordagem qualitativa sobre conscientização ambiental na gestão pública consiste em um processo sistemático de busca, seleção e análise de estudos relevantes. A revisão integrativa permite a compilação e a síntese de conhecimentos existentes sobre o tema, proporcionando uma visão abrangente e aprofundada do assunto em questão.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e artigos que sobre estudos que abordem a conscientização ambiental na gestão pública, visando compreender as estratégias e iniciativas utilizadas, os desafios enfrentados e os resultados obtidos. Para tal foram utilizados os seguintes descritores na busca de estudos nas bases de dados eletrônicas: conscientização ambiental, gestão pública, educação ambiental, sustentabilidade e meio ambiente.

Foram selecionadas bases de dados eletrônicas relevantes para a área, como Scopus, Web of Science e PubMed, para identificar estudos pertinentes ao tema. Foram estabelecidos critérios de inclusão, como artigos que abordem a conscientização ambiental na gestão pública, abordagem qualitativa, disponíveis na íntegra e escritos em português ou inglês. Estudos duplicados, resumos e trabalhos não relacionados ao tema foram excluídos.

Os estudos foram selecionados em duas etapas. Na primeira etapa, foram analisados os títulos e resumos para identificar aqueles que atendiam aos critérios de inclusão. Na segunda etapa, os estudos selecionados foram lidos na íntegra para uma análise mais detalhada e finalização da seleção. Os resultados foram sintetizados de forma narrativa, destacando os principais temas, abordagens metodológicas, resultados encontrados e lacunas identificadas na literatura.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A conscientização ambiental na gestão pública ganhou destaque nos últimos anos devido à crescente preocupação com as questões ambientais e seus impactos na sociedade. A partir de 2016, observou-se um aumento significativo no debate e nas iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente. Esse fenômeno pode ser atribuído a diversos fatores, como a maior conscientização da sociedade em relação aos problemas ambientais, a ampliação do acesso à informação e a pressões internacionais por ações mais efetivas.

Nesse contexto, várias referências têm contribuído para a compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos gestores públicos na busca por uma gestão ambiental mais eficiente. Estudos, como o de Crespo et. al. (2018), destacam a importância da conscientização ambiental na gestão pública, enfatizando a necessidade de implementação de políticas e práticas que promovam a proteção dos recursos naturais, o uso sustentável dos mesmos e a participação da sociedade civil. Essa abordagem integrada reconhece a importância de considerar a gestão ambiental em todas as esferas de atuação do

poder público, desde o planejamento urbano até a formulação de políticas setoriais.

Além disso, os acordos internacionais desempenham um papel fundamental na conscientização ambiental na gestão pública. O Acordo de Paris, por exemplo, estabeleceu metas e compromissos globais para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Esse acordo influenciou a agenda ambiental de diversos países, incluindo o Brasil, e incentivou a adoção de medidas e políticas voltadas para a sustentabilidade. A partir desse marco internacional, os gestores públicos têm sido desafiados a alinhar suas ações com as diretrizes estabelecidas, buscando soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas ambientais. (MARQUES, 2022)

A partir de 2016, também foi observado um aumento significativo nas iniciativas e atualizações relacionadas à gestão ambiental no âmbito nacional e municipal no Brasil. Essas ações refletem a necessidade de uma abordagem mais abrangente e efetiva para enfrentar os desafios ambientais e promover a sustentabilidade.

No âmbito nacional, o surgimento de novas iniciativas e atualizações importantes fortaleceu o marco regulatório da gestão ambiental. A implementação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), lançado em 2016, representa um marco no enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Esse plano tem como objetivo promover ações de adaptação em diferentes setores da sociedade, visando minimizar os impactos das mudanças climáticas e aumentar a resiliência do país. (BRASIL, 2016)

Além disso, houve avanços no fortalecimento da governança ambiental e na integração de políticas setoriais. A criação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e do Observatório do Clima demonstram o compromisso do governo em promover ações coordenadas e estratégias de enfrentamento das questões ambientais. (BRASIL 2021)

No contexto da gestão pública municipal, destaca-se o papel dos Planos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Esses planos têm ganhado destaque como

instrumentos de planejamento e gestão ambiental em nível local. Eles buscam conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população. A elaboração e implementação desses planos envolvem a participação ativa da sociedade civil, promovendo a construção coletiva de soluções sustentáveis e a conscientização ambiental nos níveis local e regional. (RIBEIRO, SOARES & CÂMARA, 2019)

Essas iniciativas, tanto em âmbito nacional quanto municipal, refletem a importância crescente da gestão ambiental no contexto público. A conscientização sobre a necessidade de preservação e uso sustentável dos recursos naturais está cada vez mais presente nas discussões e ações dos gestores públicos. A implementação de políticas e práticas voltadas para a proteção ambiental e a promoção da sustentabilidade é essencial para garantir um futuro mais equilibrado e resiliente.

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados. A efetivação das políticas ambientais demanda não apenas a formulação de estratégias e a criação de instrumentos legais, mas também a implementação e monitoramento adequados. É necessário garantir a capacitação dos gestores públicos, a articulação entre os diferentes níveis de governo e a participação da sociedade civil para assegurar a eficácia das ações e o alcance dos objetivos propostos.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, é importante destacar outros avanços significativos na conscientização ambiental e gestão pública a partir de 2016. Um desses avanços é a crescente integração da agenda ambiental com outros setores, como a economia, a saúde, a educação e a infraestrutura. Essa abordagem transversal reconhece a interdependência entre as questões ambientais e sociais, e busca promover soluções sustentáveis que considerem as múltiplas dimensões do desenvolvimento. (NARDONE, 2019)

No campo da economia, por exemplo, tem havido uma maior valorização da economia verde e da promoção de práticas sustentáveis. O desenvolvimento de políticas e incentivos voltados para a transição para uma economia de baixo

carbono, o estímulo ao empreendedorismo sustentável e a promoção de cadeias produtivas responsáveis são exemplos de iniciativas que visam conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental. (BRASIL, 2021)

Na área da saúde, há uma compreensão crescente dos impactos da degradação ambiental na saúde humana. A gestão pública passou a considerar a relação entre o meio ambiente e doenças, bem como a importância de medidas preventivas e de promoção da saúde ambiental. Isso inclui ações como o controle da poluição do ar, o acesso a água potável e saneamento básico adequados, e a promoção de ambientes saudáveis nas cidades. (DE MELLO, 2022)

No campo da educação, a conscientização ambiental tem se consolidado como um componente essencial da formação cidadã. A educação ambiental tem sido cada vez mais integrada ao currículo escolar e a programas de capacitação, buscando desenvolver habilidades e conhecimentos que promovam a sustentabilidade e a participação ativa dos cidadãos na gestão ambiental. (Idem ibidem)

Além disso, a partir de 2016, houve um aumento no engajamento da sociedade civil e de movimentos ambientalistas na pressão por ações concretas e efetivas na gestão ambiental. A mobilização social tem desempenhado um papel fundamental na conscientização e no monitoramento das políticas públicas ambientais, exigindo maior transparência e participação nos processos de tomada de decisão. (DE OLIVEIRA, PINTO & VIZZOTTO, 2020)

No entanto, apesar dos avanços e das iniciativas positivas, ainda existem desafios a serem superados. A implementação efetiva das políticas ambientais demanda recursos financeiros adequados, capacitação técnica dos gestores públicos, fortalecimento das instituições ambientais e a promoção de parcerias entre os diferentes atores envolvidos. Além disso, é necessário garantir uma abordagem integrada e de longo prazo, considerando as especificidades locais e regionais, e promovendo a equidade social e a inclusão de grupos vulneráveis.

O gestor público desempenha um papel fundamental na conscientização ambiental e na implementação de práticas sustentáveis. A partir de 2016, a compreensão da importância da gestão ambiental adequada se fortaleceu, levando a uma maior responsabilidade e exigências em relação aos gestores públicos no que diz respeito à proteção e preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, o gestor público precisa estar ciente dos desafios e oportunidades relacionados à gestão ambiental. Isso implica em desenvolver uma visão holística e integrada, considerando a interdependência entre os aspectos socioambientais e econômicos. O gestor público deve ser capaz de promover ações que equilibrem o desenvolvimento econômico com a proteção dos recursos naturais, levando em consideração a sustentabilidade de longo prazo.

Uma das principais responsabilidades do gestor público é a formulação e implementação de políticas e regulamentações ambientais. Isso inclui a definição de metas e diretrizes claras para a proteção do meio ambiente, o estabelecimento de normas de controle e fiscalização, e a promoção de incentivos para práticas sustentáveis. Além disso, o gestor público deve garantir a efetiva aplicação e cumprimento dessas políticas, assegurando a responsabilização dos agentes que desrespeitam as normas ambientais. (DOS SANTOS & VICENTE, 2022)

Outro aspecto importante é o envolvimento da sociedade civil e a promoção da participação pública na gestão ambiental. O gestor público deve buscar a transparência e a inclusão nas tomadas de decisão, proporcionando espaços para o diálogo e a colaboração entre os diferentes atores envolvidos. Isso contribui para uma gestão mais democrática e para a construção de soluções que considerem as necessidades e perspectivas da sociedade.

Além disso, o gestor público tem a responsabilidade de promover a educação ambiental, tanto entre os servidores públicos quanto na comunidade em geral. A conscientização e o conhecimento sobre questões ambientais são essenciais para a mudança de comportamento e para a adoção de práticas sustentáveis. O

gestor público pode incentivar a capacitação dos servidores, o desenvolvimento de programas educacionais e a divulgação de informações sobre o meio ambiente, visando a conscientização e a adoção de atitudes mais responsáveis.

Por fim, o gestor público também desempenha um papel importante na mobilização de recursos financeiros e na busca por parcerias para a implementação de ações ambientais. Isso inclui a articulação com organizações internacionais, o estabelecimento de convênios e a captação de recursos junto ao setor privado. O gestor público deve ser proativo na busca por financiamento e na promoção de iniciativas que visem a sustentabilidade, contribuindo para a viabilidade e efetividade das ações ambientais. (VILHENA, 2022)

A ampliação do debate e das iniciativas relacionadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente demandou uma atuação mais efetiva dos gestores públicos, que devem estar comprometidos com a implementação de práticas sustentáveis, a promoção da participação pública, a educação ambiental e a busca por parcerias e recursos financeiros. Somente com um engajamento efetivo e uma visão integrada, os gestores públicos poderão contribuir de forma significativa para a proteção e preservação do meio ambiente, garantindo um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a conscientização ambiental na gestão pública tem se mostrado cada vez mais relevante e imprescindível. A partir de 2016, observamos um aumento significativo do debate e das iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, impulsionado por referências teóricas, acordos internacionais e marcos regulatórios. Nesse contexto, o papel do gestor público se destaca como fundamental na busca por uma gestão ambiental mais efetiva.

Fica evidente que a conscientização ambiental na gestão pública não se limita apenas à implementação de políticas e práticas que visam à proteção e ao uso sustentável dos recursos naturais, mas também abrange a promoção da educação ambiental e o estímulo à participação da sociedade civil. A abordagem

integrada da gestão ambiental, considerando todas as esferas de atuação do poder público, desde o planejamento urbano até a formulação de políticas setoriais, é essencial para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um futuro sustentável.

É importante ressaltar que os acordos internacionais, como o Acordo de Paris, têm exercido um papel significativo na conscientização ambiental e têm influenciado a agenda ambiental de diversos países, incentivando a adoção de medidas e políticas voltadas para a sustentabilidade. No Brasil, o marco regulatório da gestão ambiental, representado pela Política Nacional de Meio Ambiente e pela Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece diretrizes importantes, porém, a implementação de planos e programas específicos é fundamental para garantir a efetividade dessas políticas.

Nesse sentido, o gestor público desempenha um papel fundamental ao estabelecer políticas, normas e regulamentos que promovam a proteção ambiental e ao promover a educação ambiental, conscientizando a população sobre a importância da conservação ambiental e capacitando-os para agir de forma responsável e sustentável. Através do estabelecimento de parcerias e da participação em fóruns de discussão, o gestor público pode fortalecer as ações de conscientização ambiental, ampliando seu alcance e impacto.

Em suma, a conscientização ambiental na gestão pública é essencial para a construção de uma sociedade mais sustentável. O gestor público tem o poder e a responsabilidade de tomar decisões que impactam diretamente o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas. Por meio da implementação de políticas, normas e programas de educação ambiental, o gestor público pode desempenhar um papel de mediador na busca por resultados positivos, envolvendo a sociedade civil e promovendo ações coletivas em prol da preservação do meio ambiente. É por meio dessas ações integradas que poderemos alcançar um futuro sustentável, equilibrando o desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos recursos naturais.

ENVIRONMENTAL AWARENESS IN PUBLIC MANAGEMENT: PUBLIC MANAGERS AND ENVIRONMENTAL EDUCATION

ABSTRACT

This article discusses environmental awareness in public management as an essential tool for building a more sustainable society. Since 2016, there has been a significant increase in the debate and initiatives related to sustainability and environmental preservation. Recent studies highlight the importance of implementing policies and practices that aim to protect and sustainably use natural resources, as well as promote environmental education and engage civil society. The role of public managers is crucial in this context, as they are responsible for establishing policies, norms, and regulations that promote environmental protection and raise awareness through education and public engagement. The fulfillment of international agreements, such as the Paris Agreement, and the adoption of sustainable development plans are also highlighted as essential elements for effective environmental management. The article concludes by emphasizing the importance of the engagement of public managers and civil society in the pursuit of a sustainable future, balancing socio-economic development with the preservation of natural resources.

Keywords: Environment. Public Managers. Awareness.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Giovani; DE OLIVEIRA, Caroline Terra. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 1, p. 323-335, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11000>. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/comite-interministerial-sobre-mudanca-do-clima/comite-interministerial-sobre-a-mudanca-do-clima-e-o-crescimento-verde>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Plano **Nacional de Adaptação à Mudança do Clima**. Volume I: Estratégia Geral. 2016. Disponível em: [plano-nacional-de-adaptacao-a-mudanca-do-clima-pna-vol-i.pdf](#) . Acesso em: 05 maio 2023.

CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega et al. As organizações da sociedade civil e suas relações interinstitucionais nas inovações sociais. **Gestão & Regionalidade**, v. 38, n. 114, 2022. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6817. Acesso em: 21 maio 2023.

COSTA, Víctor Ramos. **Política de gestão de pessoas na administração pública municipal e o caso de Niterói**. 2022. 35f. Trabalho de conclusão de curso (especialização) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Gestão Pública, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/19239/1/VRCosta.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

CRESPO, EDIMARA BIZERRA DA SILVA et al. Educação ambiental, resíduos sólidos e sustentabilidade: A importância da conscientização para a redução dos impactos ambientais. In: **Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão-CONEPE**. 2018. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/conepe/article/view/14324/11611>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DA SILVA EGGER, Daniela et al. Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76212>. Acesso em: 20 maio 2023.

DE MELLO, André Luiz Barbosa. Educação para a sustentabilidade: a aplicação do conhecimento em suas diversas dimensões para o brasil e para o mundo. **South American Development Society Journal**, v. 8, n. 22, p. 182, 2022. Disponível em: <http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/457>. Acesso em: 11 maio 2023.

DE OLIVEIRA, Rafael Santos; PINTO, Gabriela Rousani; VIZZOTTO, Yngrid Algarve. O movimento ambientalista em rede: o uso das redes sociais virtuais pelo Greenpeace como instrumento de preservação do meio ambiente. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 21, n. 1, p. 229-250, 2020.

Disponível em:

<http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1146>. Acesso em: 30 abr. 2023.

DOS SANTOS, Larissa Souza Santiago; VICENTE, Victor Manuel Barbosa. Os Atributos da Liderança Sustentável na Percepção dos Gestores Públicos Municipais do Município de Ituiutaba-MG. **Encontro Brasileiro de**

Administração Pública, 2022. Disponível em:

<https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/443>. Acesso em: 20 maio 2023.

MARQUES, Isabela Fernandes. **O Acordo de Paris no contexto do direito ambiental internacional**: um estudo sobre a efetividade no Brasil, Estados Unidos e China. 2022. Disponível em:

<http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/19781>. Acesso em: 10 maio 2023.

NARDONE, José Paulo. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. **Cadernos**, v. 1, n. 3, p. 33-38, 2019. Disponível em:

tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/59. Acesso em: 11 maio 2023.

PARRA, Rafaela Aiex. **Agronegócio, sustentabilidade e a Agenda 2030: a relação entre economia verde, Código Florestal e poder judiciário**. São Paulo: Editora Thoth, 2021.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; SOARES, Paulo Brasil Dill; CÂMARA, Andreza Aparecida Franco. Projeto de Desenvolvimento Sustentável–PDS por eleição ou por imposição? In: FARIA FILHO, José Rodrigues de, ASHLEY, Patricia Almeida & CORRÊA, Mônica Marella. Educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: contribuições para o ensino de graduação.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Camila->

SOARES, Jeferson Rosa; CASTRO, Luis Roberval Bortoluzzi; KITZMANN, Dione Iara Silveira. A Educação Ambiental na visão de gestores públicos e produtores rurais no município de Palmeira das Missões/RS. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e9429-e9429, 2020. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/9429>. Acesso em: 21 maio 2023.

TEJERINA, Gabriela Rodrigues de Lima et al. **O Sistema Nacional de Crédito Rural e os impactos para a recuperação florestal no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11226>. Acesso em: 20 maio 2023.

VILHENA, Cecília Fernandes et al. Parcerias público-privadas (PPPs) na gestão dos parques no Brasil: perspectivas e desafios na implementação do Programa de Concessão dos Parques Estaduais de Minas Gerais. 2022. 197f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2022. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/bitstream/tede/581/2/FJP05-000502.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

Marionildo Almeida Landinho¹

Chimene Kuhn Nobre²

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia Campus Porto Velho Zona Norte. e-mail: aluno.ifro@provedor.com

² Orientadora de TCC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia Campus Porto Velho Zona Norte. Mestre em Patrimônio Cultural (PPGPC/UFSM). e-mail: chimenekn@gmail.com

[← Post anterior](#)

RevistaFT

A **RevistaFT** é uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2” em 2023**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp: 11 98597-3405

e-Mail: contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

Conselho Editorial

Editores Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre

Dra. Edna Cristina

Dra. Tais Santos Rosa

Revisores:

Lista atualizada periodicamente em revistaft.com.br/expediente Venha fazer parte de nosso time de revisores também!

Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2023

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil